

**Relatório de Estágio:  
Turismo de Portugal**



**Carolina Vieira Ramalhete**

Relatório de Estágio: Turismo de Portugal

Carolina Vieira Ramalhete

Relatório de Estágio apresentado à Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, do Politécnico de Leiria, para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Turismo e Ambiente.

Relatório de Estágio realizado sob a orientação do Doutor João Paulo Jorge.

Setembro 2023

## COPYRIGHT

A Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar (ESTM) e o Instituto Politécnico de Leiria têm o direito geográfico perpétuo e ilimitado de arquivar e publicar este relatório de mestrado através de cópias impressas ou digitais, ou por quaisquer outros meios, conhecidos ou a inventar, e de o divulgar através de repositórios científicos e de permitir a sua cópia e distribuição para fins educativos ou de investigação não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e ao editor.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar a minha sincera gratidão a todos aqueles que contribuíram de alguma forma para a realização deste estágio, como parte integrante do mestrado em Turismo e Ambiente, e respectivo relatório. Este período foi uma jornada incrível e enriquecedora, e não teria sido possível sem o apoio e a colaboração de muitas pessoas.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador Doutor João Paulo Jorge pela orientação valiosa, pelo incentivo constante e pela paciência demonstrada ao longo de todo o processo. A sua disponibilidade e orientação foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho e para o meu crescimento académico e profissional. Da mesma forma também quero estender meus agradecimentos à minha supervisora de estágio no Turismo de Portugal, Doutora Teresa Ferreira, e aos meus colegas de trabalho, em especial aos membros da equipa com os quais tive o privilégio de trabalhar durante este estágio. Todas as ideias, discussões e a colaboração foram cruciais para o sucesso deste projeto.

Não posso deixar de agradecer aos meus amigos e familiares pelo apoio incondicional ao longo deste período. Todas as palavras de encorajamento e compreensão foram essenciais para manter minha motivação e determinação.

Este estágio de mestrado foi uma experiência enriquecedora que me proporcionou uma aprendizagem valiosa e contribuiu para o meu crescimento pessoal e profissional. Mais uma vez, agradeço a todos que estiveram ao meu lado nesta jornada.

A todos, um grande obrigada.

## ABSTRACT

The sustainable development of tourism, essentially aimed at diversifying and preserving this activity in all its complex dimensions, presupposes a very strong and intervening role on the part of governments, through various public entities that contribute to this development through regulation, promotion, the study of impacts, among other objectives.

In line with the topic that has always interested me, the sustainability of tourism in coastal areas, the public entity "Turismo de Portugal" was chosen to carry out the internship, and specifically its Department for Valuing the Offer - Department for Boosting the Offer and Resources. Within the scope of this department's activity and taking into account the interest in the topic of sustainable nautical tourism, it was agreed that the internship would essentially focus on monitoring the European project EU WeMED NaTOUR, in which Turismo de Portugal is one of the partners.

This report first analyses the theoretical concepts related to the sustainability of coastal destinations and sustainable nautical tourism and, more specifically, the aforementioned project, which was innovative in its assumptions and objectives, aiming to develop a body of knowledge, and its implementation, in the field of good practices in the management of Mediterranean marine ecosystems as well as the respective coastal destinations, also highlighting the crucial issue of Environmental Education.

The second part of this report describes the organisation and department in which the internship took place. It also describes the activities in which I had the opportunity to actively participate, what they consisted of and how I contributed to them.

Finally, recommendations and conclusions are drawn about the project that was most relevant to the internship, as well as general conclusions about the internship as a whole.

**Keywords:** sustainable tourism; coastal destination; environmental education; internship.

## RESUMO

O desenvolvimento sustentável do turismo, visando essencialmente diversificar e preservar esta actividade em todas as suas complexas dimensões, pressupõe um papel muito forte e interventivo por parte dos governos, através de diversas entidades públicas que contribuem para esse desenvolvimento através da regulação, da promoção, do estudo dos impactos, entre outros objetivos.

De acordo com o tema que desde sempre me interessou, a sustentabilidade do turismo em zonas costeiras, foi então escolhida para a realização do estágio, a entidade pública “Turismo de Portugal” e, especificamente, a sua Direção de Valorização da Oferta – Departamento de Dinamização da Oferta e dos Recursos. No âmbito da atividade deste Departamento, e tendo em conta o interesse no tema do turismo náutico sustentável, foi acordado o estágio incidir essencialmente no acompanhamento do projeto europeu EU WeMED NaTOUR, no qual o Turismo de Portugal é um dos parceiros.

Este relatório analisa primeiramente os conceitos teóricos relacionados com a sustentabilidade dos destinos costeiros e com o turismo náutico sustentável e, mais especificamente, o projeto referido anteriormente, tendo este sido inovador nos seus pressupostos e objetivos, visando desenvolver um conjunto de conhecimentos, e respectiva implementação, no domínio das boas práticas na gestão dos ecossistemas marinhos do Mediterrâneo assim como dos respectivos destinos costeiros, destacando ainda a questão crucial da Educação Ambiental.

Na segunda parte deste relatório é então descrita a entidade e o departamento no qual se realizou o estágio. Também são descritas as atividades em que tive a oportunidade de participar ativamente, no que consistiram e de que forma contribui para as mesmas. E, por fim, são tecidas recomendações e conclusões sobre o projeto que teve maior relevância no estágio, assim como conclusões gerais sobre o estágio como um todo.

**Palavra-chave:** turismo sustentável; destinos costeiros; educação ambiental; estágio.

# ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	IV
ABSTRACT .....	V
RESUMO .....	VI
ÍNDICE .....	VII
ÍNDICE DE FIGURAS.....	VIII
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA.....	3
1. Turismo sustentável.....	3
Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.....	7
2. Destinos Costeiros .....	10
2.1. Sustentabilidade em Destinos Costeiros .....	11
3. Educação Ambiental .....	15
CAPÍTULO II – CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DO ESTÁGIO.....	19
1. INTRODUÇÃO.....	19
2. Caracterização da entidade onde se realizou o estágio .....	20
2.1. Turismo de Portugal.....	20
3. Caracterização das atividades e contributos desenvolvidos durante o estágio .....	26
3.1. Departamento de Dinamização da Oferta e dos Recursos .....	26
3.2. Actividades desenvolvidas durante o estágio .....	27
3.3. EU West Mediterranean NaTOUR.....	33
3.3.1. Em que consiste e os objetivos do projeto.....	33
3.3.2. Possibilidades de replicação do projeto e dos seus impactos .....	37
CAPÍTULO III - RECOMENDAÇÕES E CONCLUSÕES .....	42
BIBLIOGRAFIA.....	44

# ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE E SUAS INTERSECÇÕES. ADAPTADO DE LOZANO (2008). .....	5
Figura 2 - ADAPTADO DO RELATÓRIO “ABC DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”. .....	7
Figura 3 - 17 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS). FONTE: <a href="https://ods.pt/">HTTPS://ODS.PT/</a> . .....	8
Figura 4 - CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL. ....	17
Figura 5 - SEDE DO TURISMO DE PORTUGAL. ....	21
Figura 6 - ORGANOGRAMA DO TURISMO DE PORTUGAL.....	23
Figura 7 - GUIA ORIENTADOR PARA A GESTÃO DE PRAIAS COM ATIVIDADES DE SURFING. FONTE: <a href="https://business.turismodeportugal.pt/sitecollectiondocuments/sustentabilidade/guia-sustentabilidade-atividades-surfing-tdp-2023.pdf">HTTPS://BUSINESS.TURISMODEPORTUGAL.PT/SITECOLLECTIONDOCUMENTS/SUSTENTABILIDADE/GUIA-SUSTENTABILIDADE-ATIVIDADES-SURFING-TDP-2023.PDF</a> . .	27
Figura 8 - AMAR A PRAIA - CONCURSO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS. FONTE: <a href="https://bandeiraazul.abae.pt/our_news/amar-a-praia-concurso-praticas-sustentaveis/">HTTPS://BANDEIRAAZUL.ABAE.PT/OUR_NEWS/AMAR-A-PRAIA-CONCURSO-PRATICAS-SUSTENTAVEIS/</a> . ....	29
Figura 9 - TURISMO NÁUTICO SUSTENTÁVEL. FIGURA ADAPTADA PELO AUTOR. ....	31
Figura 10 - OBJECTIVOS GERAIS DO PROJECTO. FIGURA ADAPTADA PELO AUTOR. ....	36
Figura 11 - OBJECTIVOS A ALCANÇAR COM O PROJECTO. FIGURA ADAPTADA PELO AUTOR. ....	36
Figura 12 - PROJETO EUROPEU EU WEDMED NATOUR. FONTE: <a href="https://www.euwemed-natour.eu/">HTTPS://WWW.EUWEMED-NATOUR.EU/</a> . ....	37
Figura 13 - GRUPOS-ALVO DO PROJETO EUROPEU EU WEDMED NATOUR. FIGURA ADAPTADA PELO AUTOR. ....	38
Figura 14 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA AS GERAÇÕES MAIS NOVAS. FOTO RETIRADA DE <a href="https://webinars.childdiary.net/por-que-razao-prendemos-as-criancas-dentro-de-quatro-paredes-para-aprender">HTTPS://WEBINARS.CHILDDIARY.NET/POR-QUE-RAZAO-PRENDEMOS-AS-CRIANCAS-DENTRO-DE-QUATRO-PAREDES-PARA-APRENDER</a> . ....	41

# INTRODUÇÃO

O presente relatório de estágio foi desenvolvido como parte da opção de estágio disponibilizada no âmbito da realização do Mestrado em Turismo e Ambiente, na Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, do Politécnico de Leiria. O referido estágio começou no dia 3 de Outubro de 2022 e terminou no dia 31 de Julho de 2023.

Durante o período e tempo em que o estágio foi realizado foram realizadas as mais diversas atividades, quer ligadas ao tema da Sustentabilidade nas Zonas Costeiras, quer ao ligadas ao tema do Turismo Náutico, de forma a ter uma visão mais holística das políticas, ações e projetos desenvolvidos nestas áreas pela entidade Turismo de Portugal.

Os objetivos propostos na realização deste estágio, como parte do Mestrado de Turismo e Ambiente, são uma maior aprendizagem e aprofundamento dos temas referidos anteriormente, tanto como conceitos separados, mas também como articulados e sintonizados entre eles, num contexto mais profissional. Este relatório irá focar-se maioritariamente num projeto europeu em específico, EU West Mediterranean NaTOUR, ao qual foi dedicado mais tempo do estágio e acompanhado mais ao pormenor, tendo como abrangência territorial os países do Oeste do Mediterrâneo.

Este projeto conjuga a temática da sustentabilidade em contexto náutico com a criação de pacotes ecoturísticos para jovens em idade escolar, logo tem agregada a temática da Educação Ambiental, nas suas diversas dimensões e domínios de aplicação.

Uma vez que este projeto foi o grande foco do estágio, será então descrito e identificado o objetivo do mesmo. Serão feitas algumas considerações e possíveis replicações deste projeto, seja numa região ou país isoladamente ou como parte de um conjunto de regiões / países agregados, já que se trata de um projeto piloto.

De forma que seja tudo mais perceptível, o presente relatório está dividido em dois capítulos distintos, no Capítulo I, foi elaborada uma revisão da literatura das temáticas relacionadas com o do desenvolvimento sustentável, turismo nos destinos costeiros e educação ambiental, de forma que estas sejam entendidas num contexto mais académico, recorrendo às mais diversas referências bibliográficas.

No Capítulo II foi então elaborada uma abordagem diferente da do Capítulo anterior, já que neste capítulo, primeiramente foi feita uma breve explicação sobre o estágio, assim como uma descrição e caracterização da entidade Turismo de Portugal, a entidade onde foi realizado o estágio.

Posteriormente foi feita uma caracterização do departamento onde foi realizado o estágio, Departamento da Dinamização da Oferta e dos Recursos, assim como as diferentes tarefas e projetos realizados aquando do estágio.

Ainda neste Capítulo II, foi explicada e desenvolvida a atividade mais central deste estágio, o projeto europeu denominado de “EU West Mediterranean NaTOUR”, salientando os objetivos do mesmo e a possibilidade de este ser replicado assim como os respetivos impactos.

Por fim, foram feitas recomendações para futuras pesquisas e conclusões gerais sobre o estágio.

# CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

## 1. Turismo sustentável

O turismo é uma das indústrias mais dinâmicas e com mais impacto em todo o mundo, desempenhando assim um papel fundamental na economia de muitos países. Engloba uma ampla gama de atividades relacionadas a viagens e lazer, desde explorar destinos exóticos até visitar locais históricos e culturais. Para além de oferecer experiências memoráveis aos viajantes, o turismo também desempenha um papel relevante na promoção do entendimento cultural, na preservação do património e na criação de empregos.

Neste contexto é fundamental compreender os diversos aspetos desse setor multifacetado e o seu impacto nas comunidades locais e na economia global.

Devido ao crescente desenvolvimento deste sector o turismo sustentável surgiu como resposta aos problemas ambientais, sociais e culturais que o turismo convencional estava a causar em muitos destinos ao redor do mundo, refletindo assim a necessidade de equilibrar os benefícios económicos do turismo, como a conservação do meio ambiente, o respeito pela cultura local e a melhoria da qualidade de vida das comunidades anfitriãs.

Este surgimento do turismo sustentável marca então uma importante revolução na indústria do turismo, que historicamente causou impactos significativos no meio ambiente e nas comunidades locais. A ideia fundamental do turismo sustentável é conciliar o desejo humano de viajar e explorar novos lugares com a responsabilidade de preservar esses destinos para as gerações futuras. Isso envolve a adoção de práticas ecológicas, o respeito pela cultura local e o apoio ao desenvolvimento económico das comunidades anfitriãs. À medida que a consciencialização sobre as questões ambientais e sociais cresce, o turismo sustentável torna-se cada vez mais popular, contribuindo para a preservação de destinos preciosos e o bem-estar de suas populações.

E, apesar de o turismo representar uma das principais indústrias em termos de criação de emprego e desenvolvimento económico, já a sustentabilidade do turismo representa um desafio mundial.

Segundo a OMT (Organização Mundial do Turismo), o turismo sustentável pode definir-se como: "O turismo que tem plenamente em conta os seus impactos económicos, sociais e ambientais, atuais e futuros, respondendo às necessidades dos visitantes, da indústria, do ambiente e das comunidades de acolhimento".

Pode ser considerado que o nascimento do conceito de turismo sustentável foi a publicação do primeiro número do Journal of Sustainable Tourism em 1993 (Weaver 2006:10; Hunter 2002:3; Dodds e Butler, 2009: 43).

A OMT também identificou uma série de objetivos para o turismo sustentável, associados em três categorias: económica, social e ambiental.

Económicos:

- Assegurar atividades económicas sustentáveis a longo prazo;
- Garantir benefícios socioeconómicos equitativos a todas as partes interessadas;
- Contribuição para a erradicação da pobreza;

Social

- Respeitar as tradições socioculturais dos destinos;
- Preservação do património cultural e dos valores tradicionais;
- Contribuir para o aumento da tolerância intercultural;

Ambiental

- Encontrar as melhores formas de utilizar os recursos naturais, que é o elemento-chave do desenvolvimento do turismo;
- Proteção dos processos ecológicos;
- Apoiar a preservação dos recursos naturais e da biodiversidade.

De acordo com Bâc (2014), mais tarde reforçado por (Niñerola et al., 2019), o crescimento económico e a necessidade de mais recursos para satisfazer as necessidades da sociedade, aumentam a sensibilização do público para a sustentabilidade do desenvolvimento económico. Embora exista um amplo quadro conceptual aplicável à sustentabilidade, é frequentemente aplicada uma definição amplamente reconhecida do relatório da Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento, segundo a qual "o desenvolvimento sustentável deve garantir que

satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades".

Neste sentido, a sustentabilidade é geralmente representada por um diagrama de Venn que inclui os três pilares ou dimensões fundamentais: a económica, a social e a ambiental.

A sustentabilidade económica procura a eficiência dos recursos, a fim de alcançar a rentabilidade a longo prazo.

A sustentabilidade social engloba a justiça social, o capital social, o desenvolvimento comunitário e a responsabilidade social. Ocorre quando as comunidades são equitativas, diversificadas, interligadas e democráticas e proporcionam uma boa qualidade de vida.

Por último, a sustentabilidade ambiental implica que os recursos naturais devem ser mantidos a um ritmo sustentável, uma vez que estes são geralmente não renováveis. Implica manter os ativos ambientais ou, pelo menos, não os esgotar.

Se um destes três pilares for fraco, o desenvolvimento pode ser viável, equitativo e suportável, devido à interação entre estes pilares, mas, no seu conjunto, é insustentável (Niñerola et al., 2019).

A relação entre sustentabilidade e turismo é particularmente interessante devido ao papel considerável do turismo na economia mundial.



**FIGURA 1 - DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE E SUAS INTERSECÇÕES. ADAPTADO DE LOZANO (2008).**

Esta capacidade de gerar emprego é destacada na literatura como um dos efeitos positivos do turismo (Niñerola et al., 2019).

Além disso, em comparação com outras indústrias, o turismo tem uma grande capacidade de distribuir riqueza, contribuindo especialmente para o desenvolvimento económico das economias emergentes.

Resultante desta indústria, nos destinos, foram identificados impactos, segundo Fennel (2007), Mason (2003; 2017) e Saarinen (2007), que podem ser de 3 tipos diferentes: económicos, socioculturais e ambientais, estes impactos podem ser positivos ou negativos.

Se por um lado, os impactos positivos são:

- Económico: As receitas para a comunidade local, criação de empregos, desenvolvimento de infraestruturas, entre outros;
- Sociocultural: Contacto com diferentes civilizações, a aprendizagem de novas línguas e também por sua vez de novas culturas, aumento da qualidade de vida, a promoção de uma comunidade global, entre outros;
- Ambiental: A proteção e conservação de regiões e ou paisagens, entre outros.

Por outro lado, os impactos negativos são:

- Económico: Os empregos sazonais, as fugas financeiras e a inflação, entre outras;
- Sociocultural: A perda de tradições, a padronização das sociedades, a importação de maus hábitos trazidos pelos turistas, entre outros;
- Ambiental: A poluição e a expansão do próprio ambiente construído no ambiente natural, entre outros (Bac,2013:102).

De um modo geral, estes impactos negativos podem, de certa forma prejudicar o futuro desenvolvimento económico dos destinos turísticos.

O turismo é uma atividade complexa e transversal a toda a atividade económica e social e, portanto, precisa de ser planeada, gerida e monitorizada de forma a criar uma proposta de desenvolvimento de acordo com os critérios de sustentabilidade.

Existe o risco de comprometer o desenvolvimento futuro das regiões turísticas devido a um desequilíbrio entre o crescimento económico constante e os recursos naturais finitos. Por conseguinte, a noção de turismo sustentável é extremamente importante.

Tal como o desenvolvimento sustentável, o turismo sustentável tem sido o tema central ou secundário de conferências e reuniões internacionais durante as quais os especialistas na área discutiram o conceito, mas, mais importante ainda, chamou a atenção do mundo.

## Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

“A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada por todos os Estados-Membros das Nações Unidas em 2015, e que entrou oficialmente em vigor em 2016, define as prioridades e aspirações do desenvolvimento sustentável global para 2030 e procura mobilizar esforços globais à volta de um conjunto de objetivos e metas comuns” (17 Objetivos • ODS - BCSD Portugal, n.d.).



FIGURA 2 - ADAPTADO DO RELATÓRIO “ABC DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”.

Os ODS foram desenvolvidos a partir dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), que estiveram em vigor entre 2000 e 2015. O Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio 2015 concluiu que o esforço de 15 anos para alcançar oito

metas ambiciosas estabelecidas pela Declaração do Milénio, em 2000, teve um grande sucesso a nível global, mas há muito mais a fazer. Os ODS pretendem ir mais longe e espoletar novas parcerias para o efeito (BCSD Portugal 2023).

O Turismo tem contribuído direta e indiretamente para todos os ODS, tendo sido incluído sobretudo nos Objetivos 8 (crescimento económico sustentável), 12 (consumo e produção sustentáveis) e 14 (uso sustentável dos oceanos e recursos marinhos) (BCSD Portugal 2023).



FIGURA 3 - 17 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS). FONTE: (OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL [ODS] | DIREÇÃO-GERAL DA EDUCAÇÃO, N.D.).

Se considerarmos esses 3 ODS têm-se que:

- **ODS 8 ou “Trabalho Digno e Crescimento Económico”** O turismo sustentável cria empregos dignos e fornece oportunidades económicas às comunidades locais. Promove também um crescimento económico de forma inclusiva, beneficiando diferentes setores da sociedade.
- ODS 12: Consumo e Produção Responsáveis: O turismo sustentável promove as práticas de consumo e produção de uma forma responsável, incentivando a redução do desperdício, a eficiência nos recursos e o uso de produtos e serviços locais.

- **ODS 14 ou “Proteger a Vida Marinha”** O turismo sustentável aborda a conservação dos ecossistemas quer sejam eles marinhos ou costeiros, de forma a reduzir a poluição e também a minimizar os impactos negativos provenientes das atividades turísticas nos ambientes aquáticos.
- **ODS 17 ou “Parcerias para a Implementação dos Objetivos”** A promoção do turismo sustentável requer a colaboração entre os governos, o setor privado, a sociedade civil e as comunidades locais, alinhando-se com a abordagem de parcerias necessárias para poderem ser alcançados os ODS.

Portugal teve um papel ativo na elaboração e na consequente implementação da Agenda 2030. Em 2017, reforçou o seu compromisso, ao ser um dos países que apresentou, de forma voluntária, um “Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”, no qual se podia comprovar as ações levadas a cabo a nível nacional relativamente a cada um dos ODS (BCSD Portugal 2023).

## 2. Destinos Costeiros

Os destinos costeiros são verdadeiros tesouros da natureza, oferecendo uma combinação única de beleza natural, riqueza cultura e uma variedade de experiências memoráveis. Localizados nas margens dos oceanos, mares, lagos e rios, esses destinos têm um apelo irresistível para os viajantes em busca de experiências à beira-mar.

A natureza desempenha um papel fundamental nos destinos costeiros, oferecendo oportunidades para explorar ecossistemas diversos, como recifes de coral, florestas tropicais, dunas de areia e muito mais. Os destinos costeiros estão entre as áreas mais ricas em recursos acessíveis aos seres humanos; as indústrias relacionadas com a pesca e a aquicultura são os pilares comerciais de milhares de comunidades costeiras que produzem peixe e outros produtos do mar, assegurando assim a satisfação de uma parte substancial das necessidades alimentares de milhões de pessoas (Tan et al., 2018).

Um destino costeiro e marinho pode ser visto como um conjunto de experiências de consumo (Jennings, 2004) ou como "uma série de subsistemas interligados que coexistem e oferecem diversas formas sociais e culturais a uma série de diferentes segmentos de mercado" (Carlisle et al, 2016, pp. 86-87).

No entanto, os destinos costeiros também enfrentam desafios relacionados com a conservação ambiental, com o aumento do nível do mar, a erosão costeira e a poluição marinha.

Portanto, é essencial que os visitantes e as comunidades locais estejam conscientes da importância da preservação dessas áreas preciosas e das medidas para protegê-las. Para isso a União Europeia evoluiu de uma abordagem essencialmente hold-the-line, baseada na construção de infraestruturas de proteção duras (esporões, muralhas, quebra-mares), para a implementação de medidas mais suaves e flexíveis, nomeadamente a alimentação artificial das praias com sedimentos. Portugal seguiu estas tendências, tendo começado a investir no assoreamento artificial na década de 1990. Desde 2002, a diretiva comunitária 2002/413/CE estabeleceu o modelo de Gestão Integrada da Zona Costeira (GIZC), que visa equilibrar as necessidades de desenvolvimento económico com a proteção dos próprios recursos que sustentam as economias costeiras e o bem-estar das comunidades locais (Jorge et al, 2023.).

Em Portugal, a Estratégia Nacional de Gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC), implementada em 2007, é um processo complexo que surgiu na tentativa de reforçar a compatibilidade entre as várias políticas sectoriais e legislações nacionais que abordam a zona costeira, bem como de facilitar a ação das autoridades locais e regionais, fornecendo orientações e prioridades para o desenvolvimento sustentável. Por conseguinte, a ENGIZC tem por objetivo contribuir para a gestão integrada da zona costeira europeia. Esta gestão integrada da zona costeira deverá consistir num esforço de colaboração por parte dos Estados-Membros da União Europeia, com base em "soluções locais para problemas locais" (Comissão Europeia 2001). As autoridades locais, juntamente com outras partes interessadas locais, são de grande importância na medida em que conhecem os problemas reais da respetiva zona costeira (Jorge et al, 2023.).

## 2.1. Sustentabilidade em Destinos Costeiros

As zonas costeiras são áreas valiosas em todo o mundo, compreendendo elementos geológicos, ecológicos e biológicos únicos que são essenciais para a vida terrestre e marinha, incluindo os seres humanos. As pessoas sempre foram atraídas para as zonas costeiras por diversas razões económicas e, atualmente, cerca de 50% das populações dos países desenvolvidos vivem a menos de 200 km da costa (Kay e Alder, 1999).

Muitas zonas costeiras com atrações cénicas tornaram-se também zonas de lazer populares. As estâncias costeiras são populares entre os turistas para passeios turísticos, atividades na praia e desportos aquáticos, como o mergulho e o surf. Davenport e Davenport (2006) referem que 63% dos turistas europeus preferem o litoral a outros destinos de férias (Tan et al., 2018).

O turismo pode melhorar as economias locais, mas também pode causar graves problemas no ambiente natural (Mason e Cheyne, 2000; Silva e Ghilardi-Lopes, 2012; Wu e Tsai, 2016).

Um aumento do número de turistas costeiros cria uma maior procura de produtos do mar e de instalações recreativas e gera mais resíduos (Chen e Bau, 2016). As forças motrizes do desenvolvimento do turismo nas zonas costeiras conduzem à poluição marinha, à sobrepesca e à perda de linhas costeiras naturais, afetando gravemente os

ambientes costeiros (Logar, 2010) e a sua perceção pelos turistas (Povilanskas et al., 2016).

É essencial alcançar um equilíbrio entre o desenvolvimento do turismo costeiro e a proteção do ambiente (Wong, 1998; Mihalic, 2016). No entanto, é particularmente difícil para o sector público tomar decisões adequadas relativamente às zonas costeiras, porque estas áreas são sistemas complexos influenciados por numerosos fatores inter-relacionados (Bowen e Riley, 2003; Gössling, 2002).

O turismo costeiro sustentável não pode ser bem-sucedido sem ter em conta todas as entidades e fatores dentro destes sistemas, incluindo os actores humanos e sociais, a economia, o ambiente e a ecologia (Wongthong e Harvey, 2014; Lee e Hsieh, 2016).

É, portanto, crucial que a gestão do turismo costeiro seja feita de forma sustentável, com medidas para preservar o ambiente, proteger a cultura local e garantir benefícios económicos a longo prazo para as comunidades costeiras.

À medida que um número crescente da população mundial gravita em direção às costas, aumenta a pressão sobre os ecossistemas e as infraestruturas nas zonas costeiras. Nos destinos costeiros surgiram muitos problemas, incluindo o crescimento da população costeira e a degradação do capital natural, devido à negligência dos quatro capitais que reforçam a sustentabilidade: natural, construído, social e humano (Duxbury & Dickinson, 2007).

Esta pressão contínua sobre a zona costeira exige um conjunto de princípios de governação que assegurem a sua sustentabilidade futura, tais como:

- **A zona costeira**

A zona costeira não é facilmente definida e é do interesse do governo, dos planeadores e gestores costeiros, das empresas, dos trabalhadores e dos residentes.

Os limites desta zona podem incluir definições biofísicas e orientadas para as políticas. As limitações biofísicas da zona podem incluir qualquer parte da terra que interaja com as marés, a salinidade, os ventos e a biota da interface terra-mar (Davis e Fitzgerald, 2004).

As componentes físicas da zona costeira incluem zonas intertidais, planícies aluviais costeiras, mangais, estuários, pântanos salgados, praias, dunas, zonas húmidas, ilhas-barreira, recifes de coral e planícies de maré (Hinrichsen, 1988), com a linha costeira a

estender-se por cerca de 320 km náuticos até ao limite da Zona Económica Exclusiva (Nações Unidas, 1982).

A definição das fronteiras orientadas para as políticas, que são relevantes para o planeamento e gestão costeira, pode ser determinada por legislação.

- **Problemas da zona costeira**

A zona costeira tem interações únicas entre os seus ambientes terrestres e marinhos. É precisamente devido a estas interações únicas que a costa enfrenta questões de gestão e outros problemas. O aumento das populações costeiras, a pressão acrescida sobre os recursos costeiros e a especulação imobiliária das terras costeiras criaram problemas na forma como estas utilizações concorrentes são geridas.

- **Crescimento da população costeira**

Uma das maiores ameaças à sustentabilidade da zona costeira é o crescimento das populações costeiras. O crescimento da população costeira aumenta a procura de um abastecimento contínuo de água potável, eliminação de resíduos, saúde pública, alimentação e proteção contra catástrofes naturais.

Há também um aumento das pressões sobre os ecossistemas devido ao lazer e ao turismo, bem como às infraestruturas necessárias para os acolher, sob a forma de estradas, pontes, parques de estacionamento e esgotos.

- **Falta de desenvolvimento sustentável**

O conceito de desenvolvimento sustentável foi definido no Relatório Bruntland ou O Nosso Futuro Comum (Conselho Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento) em 1987.

- **Degradação dos ecossistemas costeiros**

Nas zonas costeiras, a degradação dos ecossistemas aumentou a vulnerabilidade das vilas e cidades costeiras e das suas populações. O crescimento demográfico crescente, a deslocação das populações para a costa e o aumento do desenvolvimento costeiro conduziram também a um aumento da pressão e da degradação dos ecossistemas costeiros.

Esta degradação está a reduzir a capacidade de resistência a longo prazo destes sistemas, limitando assim a sua sustentabilidade.

- **Gestão dos recursos costeiros**

A gestão dos recursos costeiros é dificultada pelo carácter fragmentário da informação disponível. Esta informação é vital para compreender a interação entre a terra, o oceano e a atmosfera na zona costeira. Este facto pode dever-se à separação das disciplinas científicas, físicas, químicas e sociais.

Além disso, as agendas das partes interessadas na zona costeira podem levar a conflitos sobre a utilização dos solos e os recursos naturais, institucionais e financeiros. Também, o problema da responsabilidade fragmentada entre várias agências governamentais resultou numa falta de integração da gestão, o que levou a uma gestão desnecessariamente reativa (Duxbury & Dickinson, 2007).

### 3. Educação Ambiental

Nas últimas duas décadas, temos presenciado um significativo crescimento dos movimentos ambientalistas e do interesse pela preservação ambiental. A população mundial tem mostrado que está cada vez mais consciente de que o modelo atual de desenvolvimento económico, tanto em países desenvolvidos, como naquele em vias de desenvolvimento, está intimamente associado à degradação do meio ambiente, com impactos diretos na qualidade de vida e na própria sobrevivência da espécie humana. Graças ao aumento do interesse pelas questões ambientais e aos recentes avanços tecnológicos e científicos, conhece-se mais sobre os problemas ambientais do que se conhecia no passado (Marcatto, 2002).

Os problemas ambientais se manifestam em nível local. Em muitos casos, os residentes de um determinado local são, ao mesmo tempo, causadores e vítimas de parte dos problemas ambientais. São também essas pessoas quem mais têm condições de diagnosticar a situação. Convivem diariamente com o problema e são, provavelmente, os maiores interessados em resolvê-los. A educação ambiental é uma das ferramentas existentes para a sensibilização e capacitação da população em geral sobre os problemas ambientais. Com ela, procura-se desenvolver técnicas e métodos que facilitem o processo de tomada de consciência sobre a gravidade dos problemas ambientais e a necessidade urgente de nos debruçarmos seriamente sobre eles (Marcatto, C. 2002.).

Existem diversas definições de Educação Ambiental, segundo Neiman & Rabinovici (2002) esta tem como objetivo a formação de pessoas conscientes do seu papel e da sua relação com o meio ambiente de forma que gerações presentes e futuras possam usufruir racionalmente dos recursos naturais (Neves & Mateus, (2015).).

Já de acordo com Trein (2008) a Educação Ambiental visa um desenvolvimento sustentável, com práticas orientadas para a melhoria da qualidade do meio ambiente, o que se traduz na qualidade de vida da comunidade e deve incentivar uma participação social na forma de uma ação política, aberta ao diálogo e atenta às contradições existentes entre a teoria e a prática, quando se trata de projetos sociais. Mas são importantes as condições para que os grupos sociais intervenham na gestão dos recursos ambientais e na tomada de decisões que, de uma forma ou de outra, possam afetar o ambiente natural ou construído (Dos & Neves, n.d.).

O **Congresso de Belgrado**, promovido pela UNESCO em 1975, definiu a Educação Ambiental como sendo um processo que visa: ***“(...) formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas que lhe dizem respeito, uma população que tenha os conhecimentos, as competências, o estado de espírito, as motivações e o sentido de participação e engajamento que lhe permita trabalhar individualmente e coletivamente para resolver os problemas atuais e impedir que se repitam (...)”*** (citado por SEARA FILHO, G. 1987).

No **Capítulo 36 da Agenda 21**, a Educação Ambiental é definida como o processo que busca: ***“(...) desenvolver uma população que seja consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas que lhes são associados. Uma população que tenha conhecimentos, habilidades, atitudes, motivações e compromissos para trabalhar, individual e coletivamente, na busca de soluções para os problemas existentes e para a prevenção dos novos (...)”*** (Capítulo 36 da Agenda 21)(EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONCEITOS E PRINCÍPIOS, n.d.).

Deve-se ter em conta que a educação ambiental é para o público em geral, de forma a toda e qualquer pessoa deva ter a oportunidade de ter acesso às informações que lhe permitam participar ativamente na procura pelas mais diversas soluções aos problemas ambientais que afetam a atualidade.

A educação ambiental pode então ser dividida em duas categorias diferentes:

- **Educação Formal**, se envolver estudantes de uma forma geral;
- **Educação Informal**, se envolver todos os segmentos da população.

De acordo com a Conferência de Tbilisi, ocorrida em 1977, na ex-União Soviética, Educação Ambiental tem como principais características ser:



**FIGURA 4 - CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.**

**FIGURA ADAPTADA PELO AUTOR.**

Entende-se, em geral, a Educação Ambiental como um processo de aprendizagem permanente que procura incrementar a informação e o conhecimento público sobre os problemas ambientais, promovendo, simultaneamente, o sentido crítico das populações e a sua capacidade para intervir nas decisões que, de uma forma ou de outra, afetam o ambiente e as suas condições de vida.

Este processo pretende-se, portanto, continuado e compreensivo, permitindo uma interpretação integrada do ambiente que incorpore o próprio lugar dos cidadãos no complexo sociedade-ambiente e as consequências das suas atividades no ecossistema (Guerra & Nave, 2008, p. 3).

Pode concluir-se que na construção de um futuro mais sustentável para o nosso planeta, a educação desempenha um papel crucial, onde a conscientização das gerações presentes e as futuras sobre a importância da preservação do meio ambiente, assim como a promoção da responsabilidade tanto individual com a coletiva em relação à natureza. Logo, o investimento na educação ambiental é um investimento de forma mais equilibrado, saudável e harmonioso, já que forma indivíduos mais preparados para tomar decisões conscientes e agir em prol da proteção do nosso planeta assim como a de todas as formas de vida que nele habitam.

# CAPÍTULO II – CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DO ESTÁGIO

## 1. INTRODUÇÃO

Após a revisão e produção de conhecimento sobre as temáticas relevantes para este relatório, é então neste Capítulo II feita uma caracterização e análise do estágio, sendo este também de uma forma mais prática de aprendizagem e obter conhecimento.

Primeiramente é feita uma breve introdução, seguindo-se da caracterização da entidade onde foi realizado o estágio, de forma a dar a conhecer os objetivos da mesma, neste caso o Turismo de Portugal.

É também feita uma caracterização das atividades e contributos prestados durante o estágio, assim como uma breve explicação e enquadramento do Departamento de Dinamização de Recursos, departamento este onde se realizou o estágio mais concretamente, e sobre o estágio em si e os diferentes projetos em que foram desenvolvidos contributos.

Posteriormente, é referido o projeto europeu “EU West Mediterranean NaTOUR”, projeto este que foi o foco prioritário aquando da realização deste estágio tal como a descrição do projeto, é feita uma análise sobre a possibilidades deste projeto pioneiro poder ser replicado, assim como os impactos que advêm deste. Para concluir ainda neste capítulo II são sugeridas recomendações e conclusões gerais.

## 2. Caracterização da entidade onde se realizou o estágio

### 2.1. Turismo de Portugal

“Integrado no **Ministério da Economia e do Mar**, o **Turismo de Portugal** é a **Autoridade Turística Nacional**”.

Responsável pela **promoção, valorização e sustentabilidade da atividade turística**, agrega numa única entidade todas as competências institucionais relativas à dinamização do turismo, desde a oferta à procura (Missão e Visão, n.d.).

De acordo com as especificidades desta instituição, possui naturalmente relações privilegiadas tanto com entidades públicas, como com os agentes económicos, seja no próprio país internacionalmente. O Turismo de Portugal está comprometido em garantir que o turismo continue a ser uma importante força motriz para a economia portuguesa. O Turismo de Portugal está comprometido em garantir que o turismo continue a ser uma importante força motriz para a economia portuguesa.

Tem como objetivos:

- Promover Portugal como destino turístico;
- Apoiar o desenvolvimento das infraestruturas turísticas e o investimento no setor;
- Desenvolver a formação de recursos humanos;
- Regular e fiscalizar os jogos de fortuna ou azar.



**FIGURA 5 - SEDE DO TURISMO DE PORTUGAL.**

**FONTE: [HTTPS://QUERERALEM.PT/WPCONTENT/UPLOADS/2009/11/MN\\_TP\\_ESTACIONARIO\\_S-PORQUE-2.PDF](https://quereraleem.pt/wpcontent/uploads/2009/11/MN_TP_ESTACIONARIO_S-PORQUE-2.PDF).**

“Em termos de enquadramento legal, o Turismo de Portugal, I.P., é um instituto público de regime especial, integrado na administração indireta do Estado, tutelado pelo Ministério da Economia, dotado de capacidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, cuja orgânica funcional e estatutos foram aprovados, originariamente respetivamente, pelo Decreto-Lei n.º 141/2007, de 27 de abril e Portaria n.º 539/2007, de 30 de abril. Tendo sido criado no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), este instituto veio prosseguir as atribuições do anterior Instituto de Turismo de Portugal, e dos, entretanto extintos Instituto de Formação Turística, Inspeção-geral de Jogos e Direcção-Geral do Turismo (com exceção das atribuições de natureza normativa desta última). A extinção destas estruturas e o início de atividade do Turismo de Portugal, I.P. dá-se em 1 de Julho de 2007”(Turismo de Portugal, n.d.).

## Orgânica da Instituição

O Turismo de Portugal, é uma instituição pública sob a tutela do Ministério da Economia e do Mar, como referido anteriormente e está dividido de acordo com as diversas áreas em que atua:

Na área dedicada ao **Planeamento**, estão integradas:

- Direção de Estratégia
- Direção de Gestão do Conhecimento
- Departamento de Auditoria e Controlo de Gestão

Na área dedicada ao **Negócio**, estão inseridas:

- Direção de Valorização da Oferta
- Direção de Apoio ao Investimento
- Direção de Apoio à Venda
- Direção de Formação e Rede Escolar
- Serviço de Regulação e Inspeção de Jogos
- Departamento de Internacionalização

E por fim, na área destinada ao **Suporte** estão:

- Direção Financeira e de Tecnologias
- Direção de Recursos Humanos
- Direção Jurídica



Nos termos previstos na sua lei orgânica, o Turismo de Portugal é composto pelos seguintes órgãos:

- a) Conselho Diretivo - órgão responsável pela definição da atuação do Turismo de Portugal, I.P. e pela direção e coordenação dos serviços;
- b) Fiscal Único - órgão responsável pelo controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial do organismo, competências definidas na lei-quadro dos institutos públicos;
- c) Comissão de Jogos - órgão responsável pela orientação, acompanhamento e supervisão do serviço responsável pelo controlo, inspeção e regulação da atividade de exploração e prática dos jogos de fortuna e azar e dos jogos e apostas online;
- d) Conselho de Crédito - órgão responsável por coadjuvar o Conselho Diretivo em matéria de controlo orçamental, financiamento do Turismo de Portugal e incentivos ao investimento.

A organização interna do Turismo de Portugal, assente num modelo misto de estruturas hierarquizada e matricial, encontra-se estabelecida nos estatutos do instituto, aprovados pela Portaria nº 384/2015, de 26 de outubro, bem como a Deliberação n.º 2288/2015, publicada no Diário da República, II Série, de 17 de dezembro de 2015, definem a organização interna do instituto, assente num modelo misto de estruturas hierarquizada e matricial.

No que se refere aos serviços territorialmente desconcentrados do Turismo de Portugal, o instituto possui atualmente 12 escolas de hotelaria e turismo, agrupadas da seguinte forma:

**Norte:**

- Escola do Turismo de Portugal/Porto;
- Escola do Turismo de Portugal/Viana do Castelo;
- Escola do Turismo de Portugal/Douro-Lamego.

**Centro:**

- Escola do Turismo de Portugal/Coimbra;
- Escola do Turismo de Portugal/Oeste.

**Lisboa:**

- Escola do Turismo de Portugal/Lisboa;

- Escola do Turismo de Portugal/Setúbal;
- Escola do Turismo de Portugal/Estoril.

**Alentejo:**

- Escola do Turismo de Portugal/Portalegre.

**Algarve:**

- Escola do Turismo de Portugal/Algarve;
- Escola do Turismo de Portugal/Portimão;
- Escola do Turismo de Portugal/Vila Real de Santo António.

Em razão das suas atribuições, o Turismo de Portugal possui ainda 4 equipas de inspeção (Norte; Centro; Lisboa; Sul), que atuam nos 11 casinos atualmente existentes em exploração (Póvoa de Varzim, Chaves, Figueira da Foz, Espinho, Lisboa, Estoril, Tróia, Praia da Rocha, Vilamoura, Monte Gordo e Funchal).

Por fim, o Turismo de Portugal dispõe de Equipas de Turismo que atuam em 21 mercados emissores de turismo considerados prioritários, que integram a Rede de Centros de Negócio da AICEP, nos termos do Protocolo celebrado entre as duas entidades (Turismo de Portugal:2018).

### 3. Caracterização das atividades e contributos desenvolvidos durante o estágio

#### 3.1. Departamento de Dinamização da Oferta e dos Recursos

Este Departamento integra a Direção de Valorização da Oferta. Tem como missão, o desenvolvimento de projetos de estruturação de produto, visando a valorização do património e os recursos endógenos e diferenciadores das regiões, bem como o desenvolvimento de experiências durante todo o ano, atenuando a sazonalidade e incrementando os fluxos de turistas em todo o território.

Destacam-se alguns projetos e temáticas:

1. No âmbito do Turismo Natureza: “Cycling and Walking” – projeto Portuguese Trails; Geoparques, Turismo Equestre, Birdwatching;
2. No âmbito do património cultural material e imaterial: projeto Caminhos da Fé, Turismo Industrial, Turismo Militar, Turismo Literário;
3. No âmbito da náutica: Rede de Estações Náuticas;
4. Turismo de Saúde e Bem-Estar;
5. A dinamização do Programa ALL FOR ALL, dedicado ao reforço da oferta turística acessível e do Plano Turismo + Sustentável 20-23, em articulação com as restantes unidades orgânicas e parceiros, são ainda, áreas centrais de trabalho.
6. O Departamento também está envolvido na dinamização e acompanhamento do Selo Clean and safe, desde 2020, com outras unidades orgânicas da Direção de Valorização da Oferta” (*Recursos do Turismo de Portugal*).

### 3.2. Atividades desenvolvidas durante o estágio

No meu estágio tive a oportunidade de participar em diferentes projetos, em particular saliento o projeto europeu **NATOUR** que está em foco neste relatório. A participação nos mais diversos projetos e tarefas permitiu-me desenvolver e adquirir competências assim como me permitiu ter uma visão mais holística do que é feito no departamento Direção de Valorização da Oferta.

Passo então a fazer um breve resumo dos projetos em que tive oportunidade de participar:

- **Guia orientador para a gestão de praias com atividades de surfing**

Este guia foi criado no âmbito do grupo de trabalho de acompanhamento da animação turística, a 7 de Julho de 2020 (Ver Anexo 1). Envolveu a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a Direção Geral da Autoridade Marítima (DGAM), a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), o Instituto Português Desporto e Juventude (IPDJ) e o Turismo de Portugal (TP).

FIGURA 7 - GUIA ORIENTADOR PARA A GESTÃO DE PRAIAS COM ATIVIDADES DE SURFING.

FONTE: [HTTPS://BUSINESS.TURISMODEPORTUGAL.PT/SITECOLLECTIONDOCUMENTS/SUSTENTABILIDADE/GUIA-SUSTENTABILIDADE-ATIVIDADES-SURFING-TDP-2023.PDF](https://business.turismodeportugal.pt/site/colleciondocuments/sustentabilidade/guia-sustentabilidade-atividades-surfing-tdp-2023.pdf).



O guia tem como principais objetivos, o fornecimento de orientações às entidades que possuem responsabilidades na gestão das praias de uso balnear, de forma a que seja assegurado o cumprimento das regras de ordenamento, a compatibilização das atividades, assim como a segurança dos participantes das mesmas atividades, tal como dos restantes utilizadores do Domínio Público Marítimo, de forma a estar de acordo com os objetivos de desenvolvimento sustentável dos territórios (| GUIA ORIENTADOR PARA A GESTÃO DE PRAIAS COM ATIVIDADES DE SURFING GUIA ORIENTADOR PARA A GESTÃO DE PRAIAS COM ATIVIDADES DE SURFING, n.d.).

As atividades as que se destina este guia do surf, são as seguintes:

- Surfing-Bodysurfing;
- Kneeboarding;
- Short e Longboarding;
- Skimboarding;
- Stand Up Padling;
- Tow-in e tow-out.

Para que este seja um documento transversal, foram recolhidos contributos aos municípios, de acordo com a sua experiência na gestão destas zonas, com as atividades referidas anteriormente, com a articulação de todos os parceiros institucionais (| GUIA ORIENTADOR PARA A GESTÃO DE PRAIAS COM ATIVIDADES DE SURFING GUIA ORIENTADOR PARA A GESTÃO DE PRAIAS COM ATIVIDADES DE SURFING, n.d.).

Neste documento a minha contribuição envolveu a presença e a participação nas reuniões com os municípios e a sistematização dos contributos recebidos dos mesmos.

- **Amar a Praia**

O Programa Bandeira Azul em parceria com a P&G Portugal, lançaram um projeto denominado de “Amar a Praia – Concurso de Práticas Sustentáveis”. É assim então possibilitada a promoção de boas práticas nas praias através deste mesmo concurso, de forma a que se dê destaque e partilhe as práticas sustentáveis que são

desenvolvidas pelos concessionários de forma a estimular aqueles mais atentos às necessidades das zonas balneares existentes (ABAAE (2023)).

As boas práticas incluem áreas como a água, energia, educação e sensibilização ambiental, entre outras.



**FIGURA 8 - AMAR A PRAIA - CONCURSO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS.**  
**FONTE:** [HTTPS://BANDEIRAAZUL.ABAE.PT/OUR\\_NEWS/AMAR-A-PRAIA-CONCURSO-PRATICAS-SUSTENTAVEIS/](https://bandeiraazul.abae.pt/our_news/amar-a-praia-concurso-praticas-sustentaveis/).

“Este projeto tem como objetivo viabilizar a realização do Concurso, após o interregno de 2020, e possibilitar a oferta aos vencedores de equipamentos que valorizam as zonas balneares, como máquinas individuais de limpeza do areal, papeleiras para recolha seletiva de resíduos ou bicicletas e parques de bicicletas para promover o transporte sustentável” (ABAAE (2023)).

Neste documento a minha contribuição envolveu o auxílio à análise das candidaturas de forma a escolher os vencedores deste concurso.

- **Turismo Náutico Sustentável**

A temática da sustentabilidade tem cada vez mais vindo a ser considerada, e existem cada vez mais indicadores e boas práticas associadas à necessidade de associar a sustentabilidade ao Turismo Náutico. Nesse sentido, foi acordado, no âmbito do estágio, desenvolver um trabalho de sistematização de alguns dos indicadores mais pertinentes, assim como a identificação das boas práticas já conhecidas em Portugal continental, estas reunidas através do projeto europeu que será posteriormente descrito.

Neste trabalho foi primeiramente feito um enquadramento dos temas, abordando a importância da sustentabilidade, incluindo no produto Turismo Náutico, e as definições de Turismo Náutico e de Sustentabilidade.

Como forma de caracterizar a atividade náutica nas 3 dimensões da sustentabilidade, foram escolhidos como indicadores neste trabalho:

- Praia Acessível;
- Zonas balneares com Bandeira Azul;
- Nº de Agentes de Animação Turística: Atividades Marítimo-Turísticas;
- Boas Práticas (distinguidas através do projeto West Med Na TOUR)
- Embarcações Solares
- Áreas Protegidas que possuem zonas náuticas onde é possível a prática e atividades náuticas.



## **Turismo Náutico Sustentável - uma abordagem de caracterização**

**FIGURA 9 - TURISMO NÁUTICO SUSTENTÁVEL. FONTE DO AUTOR**

Em seguida, foi elaborada uma breve descrição do Programa Praia Acessível, e a análise dos resultados dos anos de 2018, 2019, 2022 e do Total, destacando as praias costeiras e interiores, e os valores pelas regiões de Portugal. Também consta uma breve descrição da Bandeira Azul e assim como anteriormente foi feita uma análise dos resultados dos anos de 2018, 2019, 2022 e do Total de acordo com as diferentes regiões. Assim como foi igualmente elaborada uma breve descrição do N<sup>o</sup> de Agentes de Animação Turística: Atividades Marítimo-Turísticas e a análise dos mesmos nos anos de 2018, 2019, 2022 e do Total, assim como foram feitas considerações sobre os resultados obtidos.

Ainda neste trabalho foi feito um levantamento das boas práticas recolhidas do projeto EU West Mediterranean NaTOUR e adicionada uma breve explicação das mesmas.

Foi feita uma pesquisa e por consequente o levantamento das empresas de embarcações solares que existem até ao momento em Portugal, e locais onde operam.

Por fim, foram referidas as Áreas Protegidas e feita uma descrição destas, e ainda foram destacadas as Áreas Protegidas que possuem zonas náuticas (as de maior relevância

para este trabalho) e os tipos de atividades que podem ser desenvolvidas nestas mesmas áreas.

Este trabalho foi-me possível através da análise de dados proporcionados pelo RNAT, e pela informação a que tive acesso através do Turismo de Portugal.

Contrariamente aos outros projetos em que participei, este foi inteiramente elaborado por mim, seguindo algumas diretrizes pretendidas pela minha supervisora.

### 3.3. EU West Mediterranean NaTOUR

#### 3.3.1. Em que consiste e os objetivos do projeto

O projeto NaTOUR Mediterrâneo Ocidental visa desenvolver um corpo de conhecimentos e a implementação de melhores práticas no domínio específico dos ecossistemas marinhos do Mediterrâneo Ocidental e dos destinos marítimos/costeiros.

Neste projeto, que foi concebido e é conduzido por 7 organizações transcontinentais especializadas nos mais diferentes domínios, os parceiros do consórcio estão sediados em 5 países, sendo eles a Itália, Bélgica, Espanha, Portugal e Mauritânia.

Os parceiros de consórcio são:

- **X23 “The Innovation Bakery”**

Coordenador de projeto - Itália

Empenhada na inovação, investigação, crescimento e expansão, a X23 é um centro de investigação independente, multidisciplinar e autossustentável, fundado em 1999, com um longo e bem-sucedido historial na gestão de projetos cofinanciados pela UE (COSME, H2020, Europa Criativa, MEDIA, etc.). O X23 catalisa projetos pioneiros multidisciplinares, aplicando a sua própria metodologia e empenhando uma combinação de competências especializadas em I&D, crescimento e processo de expansão para os fazer evoluir para o mundo real.

- **Entidade Nacional de Turismo de Itália (ENIT)**

Gestor de projeto e gestor de comunicação - Itália

ENIT desempenhará o papel de gestor de projeto e gestor de comunicação. Fundada em 1919, a ENIT é uma entidade económica pública que desempenha as suas funções e atividades através da sua sede central em Roma e de outras 28 delegações em todo o mundo. A ENIT trabalha para a Itália para promover a Itália em todo o mundo com estratégias empresariais desenvolvidas pela sede em Roma e implementadas através dos 28 escritórios.

- **Organização Internacional de Turismo Social (ISTO)**

Líder do “Work Package” 5 - Bélgica<sup>1</sup>

A Organização Internacional de Turismo Social, criada em 1963, é uma organização internacional sem fins lucrativos. A missão da ISTO é promover o desenvolvimento do turismo para todos e tornar as férias acessíveis ao maior número possível de pessoas; e promover e apoiar o turismo que está ao serviço das pessoas, comunidades e territórios, e é identificado com termos como turismo responsável, solidário, justo ou de base comunitária.

- **Associação Cluster Náutico das Ilhas Baleares (BMC)**

Contribuinte - Espanha

A Asociación Cluster Náutico de las Islas Baleares desempenhará o papel de contribuinte do projeto. A BMC é uma iniciativa empresarial criada para posicionar as Ilhas Baleares como um dos pólos do sector náutico a nível internacional e para reforçar a sua posição competitiva através da colaboração público-privada.

- **Turismo de Portugal (TdP)**

Líder do “Work Package” 2 - Portugal

O TdP é a Autoridade Nacional de Turismo e a sua missão é valorizar e promover Portugal como destino turístico e alcançar a sustentabilidade das atividades turísticas. A TdP reúne num único organismo todas as competências institucionais relacionadas com o desenvolvimento do turismo, em todas as áreas que vão da oferta à procura, incluindo uma rede de 12 escolas de turismo certificadas pela UNWTO.

- **Travel Without Plastic (TWP)**

Líder do “Work Package” 3 - Espanha

A TWP é uma empresa de consultoria que ajuda as empresas do sector do turismo e da hotelaria a reduzir os resíduos desnecessários. A equipa da TWP tem experiência na criação de estratégias e planos de implementação práticos para a redução de resíduos numa variedade de sectores do turismo, incluindo alojamento, empresas de hotelaria, excursões e fornecedores de transportes.

---

<sup>1</sup> Aceder a informações sobre os parceiros deste projecto: <https://www.euwemed-natour.eu/>

- **Gabinete Nacional de Turismo (ONT) Mauritânia (ONTM)**Líder do “Work Package” 4 - Mauritânia

O ONdTM é um estabelecimento administrativo público responsável pela promoção do turismo na Mauritânia. O ONTM tem 18 anos de experiência no domínio do turismo e é responsável pelo Estado mauritano pela promoção de todos os produtos turísticos. O ONT é igualmente responsável pela gestão de todos os projetos turísticos que tenham uma ligação com o Estado mauritano.

Neste projeto o principal objetivo é desenvolver pacotes turísticos eco-inteligentes e transnacionais que favoreçam o turismo sustentável, responsável e amigo do ambiente, em conformidade com uma estratégia de economia azul inteligente e resiliente.

O resultado esperado é aumentar a atratividade dos destinos nos países participantes, destacando simultaneamente o seu valor único para um público mais vasto de visitantes, com referência específica às novas gerações.

O projeto WeMED\_NaTOUR da UE pretende centrar-se nos sítios marinhos naturais do Mediterrâneo Ocidental e nos destinos marítimos/costeiros para desenvolver pacotes turísticos transnacionais eco-smart responsáveis e sustentáveis de acordo com a estratégia da economia azul (EU WeMED Na\_TOUR, an EU Co-Funded Project for the West MED, n.d.).

Os pacotes turísticos concebidos aumentarão a atratividade dos destinos costeiros e marinhos nos países participantes, destacando o seu valor único para um público mais vasto de visitantes, com um enfoque específico nas "novas gerações" (6-10 anos; 11-13 anos; e 14-16 anos).

Este projeto têm 3 objetivos gerais:

1

Apoiar as partes interessadas do sector do turismo a explorar o crescente mercado do ecoturismo, que continua a ser um nicho de mercado, com referência específica aos destinos costeiros e marinhos.

2

Impulsionar a inovação e a digitalização no sector do turismo, aumentando assim a sua contribuição para o crescimento económico e o emprego no Mediterrâneo.

3

Melhorar o ambiente empresarial para as PME do sector do turismo, mobilizando investimentos, melhorando a situação socioeconómica e diversificando a oferta turística.

Figura 10 - OBJECTIVOS GERAIS DO PROJECTO. FIGURA ADAPTADA PELO AUTOR.

Estes objetivos serão alcançados tendo em contas as seguintes estratégias:

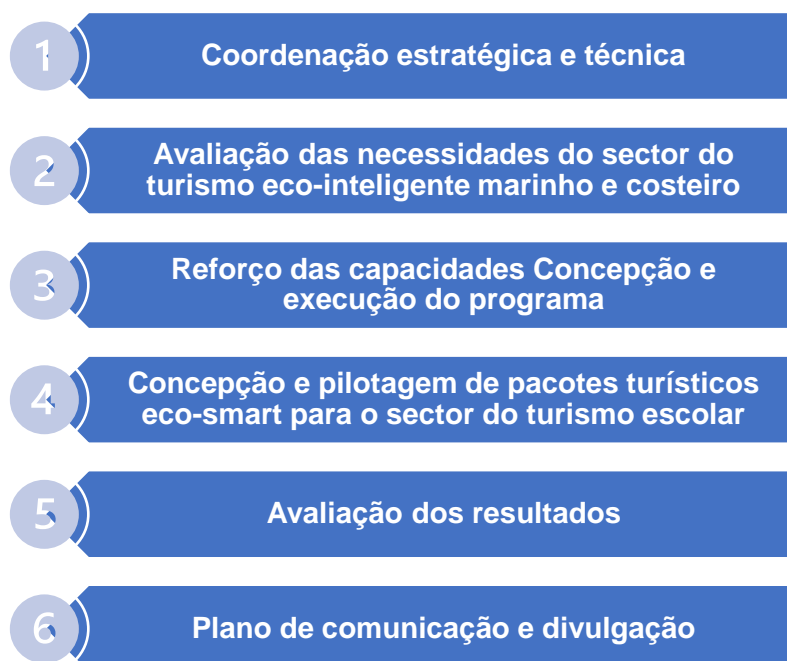


FIGURA 11 - OBJECTIVOS A ALCANÇAR COM O PROJECTO. FIGURA ADAPTADA PELO AUTOR.

Neste projeto a minha contribuição envolveu a presença em reuniões de coordenação do projeto com os parceiros internacionais, assim como na elaboração de pesquisas e sistematização de informação no âmbito das tarefas cometidas pelo projeto ao Turismo de Portugal, nomeadamente, o questionário criado e a análise do mesmo aos parceiros das entidades.



FIGURA 12 - PROJETO EUROPEU EU WEMED NATOUR. FONTE: [HTTPS://WWW.EUWEMED-NATOUR.EU/](https://www.euwemed-natour.eu/).

### 3.3.2. Possibilidades de replicação do projeto e dos seus impactos

O projeto NaTOUR Mediterrâneo Ocidental tem como foco central o desenvolvimento de um corpo de conhecimento abrangente e a implementação de melhores práticas no contexto dos ecossistemas marinhos do Mediterrâneo Ocidental e dos destinos marítimos/costeiros que lhe estão relacionados. Esta iniciativa procura promover a conservação, sustentabilidade e gestão eficaz destas áreas, tendo em consideração os mais variados desafios ambientais, sociais e económicos que enfrentam.

Este projeto inovador e pioneiro pretende contribuir para uma mudança de foco da “economia azul” para uma economia azul sustentável, tentando assim, criar um reforço no turismo eco sustentável apoiando as PMEs do turismo do Mediterrâneo Ocidental, ambos em concordância como os objetivos do Pacto Ecológico Europeu e a "Nova

abordagem da UE para uma economia azul sustentável na UE - Transformar a economia azul da UE num futuro sustentável".

Um impacto positivo no turismo que esteja ligado ou de alguma forma relacionado com sítios e destinos naturais em zonas costeiras ou marítimas do Mediterrâneo Ocidental tem um grande potencial para impulsionar a economia local assim com a criação de postos de trabalho, apesar de serem notadas uma grande necessidade de melhorias nas competências, em especial nas PME's do Mediterrâneo Ocidental, tal como nas gerações mais jovens.

**O projeto centrar-se nos seguintes grupos-alvo, sendo estes onde será sentido um impacto mais direto:**



FIGURA 13 - GRUPOS-ALVO DO PROJETO EUROPEU EU WEDMED NATOUR. FIGURA ADAPTADA PELO AUTOR.

Considerando este projeto, surgem então as mais diversas possibilidades de replicação assim como os potenciais impactos do mesmo.

**As possibilidades de replicação podem ser:**

1. **Outras Regiões Marítimas e Costeiras:** Ou seja, o sucesso do projeto NaTOUR Mediterrâneo Ocidental pode vir a ser um modelo para outras regiões com ecossistemas marinhos parecidos. As práticas, metodologias aprendidas podem ser adaptadas para situações regionais específicas;
2. **Colaboração Internacional:** A colaboração entre diferentes países e organizações é fundamental para a replicação deste projeto, pois este pode ser adaptado para que haja cooperação internacional em regiões marítimas compartilhadas, facilitando a troca de conhecimentos e recursos entre os mesmos;
3. **Diversos Setores e Interesses:** A própria abordagem multidisciplinar do projeto permite que esta seja replicada noutras iniciativas semelhantes que envolvam múltiplos setores, como turismo, conservação, educação e governança;
4. **Projetos de Educação e Conscientização:** As estratégias de educação ambiental e conscientização que foram desenvolvidas de acordo com o projeto podem vir a ser integradas em outras atividades educativas relacionadas aos ambientes marinhos e costeiros.

## Já os potenciais impactos do projeto podem ser:

1. **Conservação Marinha:** A implementação de melhores práticas de gestão e a promoção da sustentabilidade podem levar à conservação dos ecossistemas marinhos, preservando a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos;
2. **Desenvolvimento Sustentável:** Ao adotar uma abordagem que equilibra considerações ambientais, sociais e econômicas, o projeto pode contribuir para o desenvolvimento sustentável das regiões costeiras, beneficiando as comunidades locais e o turismo;
3. **Fortalecimento da Governança:** O projeto pode fortalecer os mecanismos de governança e colaboração entre diferentes partes interessadas, promovendo uma gestão mais eficiente e participativa das áreas costeiras e marinhas;
4. **Inovação Tecnológica:** A busca por soluções sustentáveis pode impulsionar a inovação tecnológica em setores como monitoramento ambiental, turismo sustentável e conservação marinha;
5. **Criação de Conhecimento:** O desenvolvimento de um corpo de conhecimento robusto pode servir como base para futuras pesquisas e ações de conservação em outras regiões;
6. **Resiliência a Mudanças Climáticas:** Ao considerar os desafios impostos pelas mudanças climáticas, o projeto pode contribuir para aumentar a resiliência dos ecossistemas marinhos e comunidades costeiras;
7. **Exemplo para Políticas Públicas:** O sucesso do projeto pode influenciar a elaboração de políticas públicas mais abrangentes e eficazes para a gestão de áreas marinhas e costeiras em outras partes do mundo.

Apesar de ser um projeto que têm objetivos louváveis e alinhados com a procura por uma economia azul sustentável, existem pontos menos positivos, talvez devido ao facto de este ser um projeto piloto, a falta de um foco específico havendo até demasiados, já que o projeto visa desenvolver pacotes turísticos eco-inteligentes e transnacionais que favoreçam o turismo sustentável. É dada relevância às empresas de animação turística nos destinos costeiros de uma determinada região, assim como à vertente da educação ambiental às crianças de uma única escola, e apenas a uma única turma, fica um pouco difícil de entender qual é realmente o foco do projeto.

Para além disso, devia haver a oportunidade para que todas as escolas e empresas que estivessem dispostas a participar de poderem ter essa possibilidade, estas são até ao momento em que participei, as maiores debilidades que podem vir a afetar a eficácia e o próprio sucesso do projeto.

Ou seja, o projeto tem o potencial para criar um impacto positivo significativo não apenas na região a que se destina, mas também de se tornar um projeto inspirador no que diz respeito à conservação e gestão sustentável em ecossistemas marinhos e costeiros no mundo.



**FIGURA 14 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA AS GERAÇÕES MAIS NOVAS. FOTO RETIRADA DE [HTTPS://WEBINARS.CHILDDIARY.NET/POR-QUE-RAZAO-PRENDEMOS-AS-CRIANCAS-DENTRO-DE-QUATRO-PAREDES-PARA-APRENDER](https://webinars.childdiary.net/por-que-raza0-prendemos-as-criancas-dentro-de-quatro-paredes-para-aprender).**

## CAPÍTULO III - RECOMENDAÇÕES E CONCLUSÕES

O estágio foi concluído, mesmo não tendo sido possível acompanhar o final do projeto NaTOUR, que está mais em foco neste relatório, foi, no entanto, feita uma revisão da literatura realizada de acordo com a pertinência dos temas. Considerando o projeto referido anteriormente, foi também possível realizar uma análise crítica sobre o projeto NaTOUR Mediterrâneo Ocidental, tecendo algumas recomendações para futuros projetos semelhantes. A criação de um planeamento integrado que promova a colaboração entre os governos, comunidades locais e também o setor privado, sendo estes essenciais para a viabilização de um desenvolvimento sustentável.

É essencial apostar na educação e sensibilização, sendo estes programas fundamentais para que haja a criação de uma cultura de responsabilidade partilhada entre os turistas e os próprios residentes locais, dando a entender os impactos das ações de cada individuo no ambiente, já que é um passo de extrema importância para que sejam adotados comportamentos mais sustentáveis.

A implementação de sistemas que sejam eficientes na gestão de resíduos, já que é uma medida de extrema importância para que seja evitada a poluição nas áreas costeiras, incluindo a conscientização sobre como fazer a separação correta dos resíduos, assim como a redução e reciclagem dos mesmos. E por fim, incentivar e reconhecer as empresas turísticas que adotam as práticas mais sustentáveis a partir de certificações, uma vez que permitem o estímulo de abordagens mais responsáveis.

Podemos então concluir com base neste relatório que a sustentabilidade em destinos costeiros tem como objetivo melhorar a qualidade de vida das comunidades que lá residem. Apesar de o turismo sustentável estar focado na minimização dos impactos nocivos para o ambiente, este permite e promove experiências autênticas e enriquecedoras, para os turistas e visitantes. Mais do que a proteção dos ecossistemas costeiros, a preservação do meio ambiente permite a existência da biodiversidade assim como a estabilidade dos serviços dos ecossistemas desde a regulação climática até à própria produção de alimentos.

Serve também como um legado para o futuro, já que a sustentabilidade em destinos costeiros permite garantir a oportunidade às gerações futuras de desfrutarem do património existente, quer seja ele natural ou até cultural, sendo considerado um compromisso na preservação destes destinos com um valor incalculável.

Apesar de todos os compromissos e a adoção de práticas mais sustentáveis, é importante entender que o caminho rumo à sustentabilidade é contínuo. Com as pressões a nível económico e os fluxos turísticos, aliados com as alterações climáticas, é necessário acompanhar a evolução destes cenários e permitir a adaptação constante para que possa ser mantida a harmonia entre a criação e exploração e a conservação do que já existe.

Em suma, este estágio permitiu-me ter uma visão mais holística do que significa trabalhar no setor do turismo e as suas mais variadas vertentes. Este estágio para além de me permitir pôr em prática os conhecimentos sobre o turismo e mais especificamente sobre quer o turismo sustentável, quer sobre a sustentabilidade de destinos costeiros, possibilitou-me ainda estender as minhas próprias competências.

No Turismo de Portugal tive a oportunidade de participar neste projeto desde o seu princípio, assim como de estar em contacto com as adversidades e mais valias da sustentabilidade em destinos costeiros que, transcendem a mera gestão de recursos e turismo. É um compromisso com a preservação da beleza natural, da cultura e da qualidade de vida das comunidades locais.

## BIBLIOGRAFIA

ABAAE (2023). AMAR A PRAIA – Concurso práticas sustentáveis – Bandeira Azul. Retrieved June 2, 2023, from [https://bandeiraazul.abae.pt/our\\_news/amar-a-praia-concurso-praticas-sustentaveis/](https://bandeiraazul.abae.pt/our_news/amar-a-praia-concurso-praticas-sustentaveis/)

Bâc, D. (2014). The Emergence of Sustainable Tourism – A Literature Review. *Quaestus Multidisciplinary Research Journal*, 4, 131-140.

BCSD Portugal (2023). Agenda 2030 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Retrieved May 31, 2023, from <https://ods.pt/ods/>

Bowen, R. E., & Riley, C. (2003). Socio-economic indicators and integrated coastal management. *Ocean & Coastal Management*, 46(3-4), 299-312.

Carlisle, S., Johansen, A., & Kunc, M. (2016). Strategic foresight for (coastal) urban tourism market complexity: The case of Bournemouth. *Tourism Management*, 54, 81-95.

Chen, C. L., & Bau, Y. P. (2016). Establishing a multi-criteria evaluation structure for tourist beaches in Taiwan: A foundation for sustainable beach tourism. *Ocean & Coastal Management*, 121, 88-96.

Davenport, J., & Davenport, J. L. (2006). The impact of tourism and personal leisure transport on coastal environments: a review. *Estuarine, coastal and shelf science*, 67(1-2), 280-292.

Direcção Geral da Educação (nd). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [ODS]*. Retrieved December 5, 2022, from <https://www.dge.mec.pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>

Dodds, R. and Butler, R. (2009). Barriers to implementing Sustainable Tourism Policy in Mass Tourism Destinations. *TOURISMOS: An International Multidisciplinary Journal of Tourism*, 5 (1), 35-53.

Duxbury, J., & Dickinson, S. (2007). Principles for sustainable governance of the coastal zone: In the context of coastal disasters. *Ecological economics*, 63(2-3), 319-330.

EU WeMED Na\_TOUR, an EU co-funded project for the West MED. (n.d.). Retrieved June 3, 2023, from <https://www.euwemed-natour.eu/about-the-project>.

Gössling, S. (2002). Global environmental consequences of tourism. *Global environmental change*, 12(4), 283-302.

Guerra, J., Schmidt, L., & Nave, J. G. (2008). Educação ambiental em Portugal: Fomentando uma cidadania responsável. In VI Congresso Português de Sociologia: Mundos sociais: Saberes e práticas (1-16). Associação Portuguesa de Sociologia. <http://associacaoportuguesasociologia.pt/vicongresso/pdfs/681.pdf>.

Hunter (2002). Sustainable Tourism and the Touristic Ecological Footprint. *Environment, Development and Sustainability*, 4, 7–20

Jennings, S. (2004). Landscape sensitivity and tourism development. *Journal of Sustainable Tourism*, 12(4), 271-288.

Jorge, JP et al (2023.). Climate change, coastal tourism, and local planning: the case of Baleal Beach, Peniche (Portugal). [www.spot-erasmus.eu](http://www.spot-erasmus.eu)

Kay, R., & Alder, J. (1999). *Coastal management and planning*. E & FN SPON, New York.

Lee, T. H., & Hsieh, H. P. (2016). Indicators of sustainable tourism: A case study from a Taiwan's wetland. *Ecological Indicators*, 67, 779-787.

Logar, I. (2010). Sustainable tourism management in Crikvenica, Croatia: An assessment of policy instruments. *Tourism management*, 31(1), 125-135.

Marcatto, C. (2002). *Educação ambiental: conceitos e princípios*. Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM;

Mason, P. (2003). *Tourism Impacts, Planning and Management*, Oxford: Butterworth-Heinemann.

Mason, P. (2017). *The Socio-cultural Impacts of Tourism*. In: Mason, P. (ed). Oxford: Goodfellow Publishers <http://dx.doi.org/10.23912/9781911396437-3631>

Mason, P., & Cheyne, J. (2000). Residents' attitudes to proposed tourism development. *Annals of Tourism Research*, 27(2), 391-411.

Mihalic, T. (2016). Sustainable-responsible tourism discourse—Towards 'responsustable' tourism. *Journal of cleaner production*, 111, 461-470.

Neiman, Z., & RABINOVICI, A. (2002). O cerrado como instrumento para educação ambiental em atividades de ecoturismo. NEIMAN, Z.. Meio Ambiente, educação e ecoturismo. Barueri: Manole.

Neves, E. D. S., & Mateus, M. D. N. E. (2015). Educação ambiental para um turismo sustentável. *EduSer-Revista de Educação*, 7(2), 1-12.

Niñerola, A., Sánchez-Rebull, M. V., & Hernández-Lara, A. B. (2019). Tourism research on sustainability: A bibliometric analysis. *Sustainability*, 11(5), 1377.

Saarinen, J. (2007). *Tourism in peripheries: the role of tourism in regional development in Northern Finland*. In *Tourism in peripheries: Perspectives from the far north and south* (pp. 41-52). Wallingford UK: Cabi.

Silva, J. N., & Ghilardi-Lopes, N. P. (2012). Indicators of the impacts of tourism on hard-bottom benthic communities of Ilha do Cardoso State Park (Cananéia) and Sonho Beach (Itanhaém), two southern coastal areas of São Paulo State (Brazil). *Ocean & coastal management*, 58, 1-8.

Tan, W. J., Yang, C. F., Château, P. A., Lee, M. T., & Chang, Y. C. (2018). Integrated coastal-zone management for sustainable tourism using a decision support system based on system dynamics: A case study of Cijin, Kaohsiung, Taiwan. *Ocean & Coastal Management*, 153, 131-139.

Trein, E. (2008). A perspectiva crítica e emancipatória da educação ambiental. *Educação Ambiental no Brasil*, 1, 41-45.

Turismo de Portugal (nd). *Guia Orientador para a Gestão de Praias com Atividades de Surfing*, <https://business.turismodeportugal.pt/pt/crescer/sustentabilidade/Paginas/guias-tematicos-boas-praticas-sustentabilidade.aspx>

Turismo de Portugal. Missão e Visão. Retrieved June 8, 2023, from [https://www.turismodeportugal.pt/pt/quem\\_somos/Organizacao/Missao\\_Visao/Paginas/default.aspx](https://www.turismodeportugal.pt/pt/quem_somos/Organizacao/Missao_Visao/Paginas/default.aspx)

Turismo de Portugal (nd). Orgânica. Retrieved June 8, 2023, from [https://www.turismodeportugal.pt/pt/quem\\_somos/Organizacao/Organica/Paginas/default.aspx](https://www.turismodeportugal.pt/pt/quem_somos/Organizacao/Organica/Paginas/default.aspx)

Turismo de Portugal. (n.d.). Balanço Social 2021.

Turismo de Portugal. (n.d.). Plano de Atividades 2018.

Weaver, P. (2006). Integrated sustainability assessment: what is it, why do it and how? *International Journal of Innovation and Sustainable Development*, 1 (4), 284-303. <https://doi.org/10.1504/IJISD.2006.013732>

Wong, P. P. (1998). Coastal tourism development in Southeast Asia: relevance and lessons for coastal zone management. *Ocean & coastal management*, 38(2), 89-109.

Wongthong, P., & Harvey, N. (2014). Integrated coastal management and sustainable tourism: A case study of the reef-based SCUBA dive industry from Thailand. *Ocean & coastal management*, 95, 138-146.

Wu, C. C., & Tsai, H. M. (2016). Capacity building for tourism development in a nested social–ecological system—A case study of the South Penghu Archipelago Marine National Park, Taiwan. *Ocean & coastal management*, 123, 66-73.